

27.08 - Jacques Marcovitch

Desde que os primeiros pensadores começaram a refletir sobre suas sociedades uma pergunta costumava os acompanhar: como será o amanhã? Agora, milhares de anos depois, parece que continuamos, enquanto humanidade, a ter dificuldade em enxergar o futuro.

A ideia de uma nova era em construção, então, ganha contornos curiosos. Será que essa nova era pós-COVID será tão diferente da anterior? E qual foi a anterior?

Para responder a essa e a outras tantas perguntas muitos aspectos poderiam ser analisados. O mais imediato, a saúde pública, certamente seria relevante: poderia se discutir que estaríamos caminhando para uma universalização dos tratamentos médicos, especialmente de doenças extremamente contagiosas e danosas. Entretanto, alguém poderia argumentar que a humanidade já viveu crises muito piores e pouco aprendeu: a peste-negra e a gripe espanhola seriam ótimos exemplos. Outro, pouco satisfeito com os exemplos históricos, poderia dizer que a sociedade internacional está em crise, haja vista as recentes declarações do presidente Trump acerca da diminuição de fundos para OMS, a crescente onda de nacionalismos que vem apagando o diálogo, e o nascimento de uma hegemonia chinesa no mínimo preocupante.

O aspecto tecnológico poderia ser também levantado. A nova era se caracterizaria pelo fim da Indústria e o nascimento de uma nova Revolução, em que a realidade aumentada, os experimentos de mudança genética, a inteligência artificial e a internet das coisas estarão intimamente ligadas ao nosso cotidiano. Como apontado por Yuval Noah Harari, em Sapiens, essa possibilidade poderia levar a problemas gravíssimos, como o surgimento de uma “massa de inúteis” por conta de um desemprego galopante e de máquinas pensantes. Resta saber, entretanto, se tais conjunturas são factíveis ou pura ficção científica. É bom lembrar que o 2015 de “De Volta para o Futuro” foi muito diferente do 2015 real; a ideia de carros voadores deu lugar à internet, algo além da imaginação da época.

Em conclusão, pouco se conclui. No limite, o excerto de Milan Kundera passado pelo professor Marcovitch resume bem a construção dos próximos anos: “O ser humano atravessa o presente com os olhos vendados. Somente pode intuir e adivinhar o que de verdade está vivendo. E depois, quando a venda é retirada dos seus olhos, olha o passado, comprova o que viveu e qual foi seu sentido.” Se fosse necessário escolher um nome para a era que virá não seria a Era das Revoluções, do Capital, dos Impérios ou dos Extremos, mas sim a Era das Incertezas.

03.09 - Pedro Dallari

Uma das maiores questões dessa nova era pós-COVID é o aparente dualismo entre multilateralismo e unilateralismo que sempre permeou as relações internacionais. Na última década, no mínimo, o mundo ocidental presenciou uma ascensão da direita em diversos países, o que se contrastou com a década anterior, em que as esquerdas eram fortíssimas, especialmente nas Américas. Com essa mudança, uma característica se acentuou: a preferência pelo nacional e regional.

Até então, tal mudança se revelava natural na anarquia internacional, sendo um fenômeno perceptivo em diversos momentos históricos. Um exemplo clássico ocorreu na primeira metade do século XX, em que houve décadas de mais ou menos abertura de acordo com a presidência do momento: os anos 1920 foram marcados pelo isolacionismo republicano, em contraste com o wilsonianismo da década anterior e da era Roosevelt nas duas décadas posteriores. No contexto atual, portanto, a administração Trump remete aos republicanos de 1920. A saída dos EUA do Acordo de Paris, as ameaças à OMS, a guerra comercial com a China e a falta de diálogo suportam essa análise.

Todavia, como bem reforçou o professor Dallari, talvez tais ações somente representem um micro-aspecto da realidade; seria sensato, então, analisar o macro: o ano de 2020 como parte de um processo maior. Pensando em termos de séculos, é gritante o crescimento do multilateralismo, já que desde a Paz de Westfália e o fim das guerras religiosas o Ocidente passou por uma vigorosa construção da diplomacia e do direito internacional. Em termos de décadas, a criação do Sistema ONU a partir das cinzas da Segunda Guerra levou a uma paz duradoura entre Estados soberanos que expandiu o multilateralismo. As poucas exceções a essa construção pacífica, como a Guerra de Suez e invasão dos EUA no Iraque, que chocaram a comunidade internacional, só provam a regra: as novas sociedades rejeitam o belicismo e tem horror à guerra.

A partir dessa perspectiva ampla, portanto, seria razoável supor que a crise sanitária do COVID levará a uma aceleração de tendências do multilateralismo quer os governos queiram, quer não. A pandemia mostrou que as sociedades não têm capacidade de lidarem sozinhas com agentes biológicos e que uma cooperação em escala global é necessária. Logo, os novos governos nacionalistas terão que dobrar o joelho para o progresso iminente.

10.09 Luis Henrique García Rodríguez

A ideia de uma América Latina unida e cooperativa tem origens antigas, que remontam ao bolivarianismo independentista do século XIX. Ainda que já superado em muitos aspectos, Simón Bolívar ainda está presente na configuração ideológica de vários países latinos, como Bolívia e Venezuela. Entretanto, as diferenças culturais e sociais dos países latinos são tantas que seria falho limitar a cooperação para a figura de Bolívar.

Essa cooperação, então, deveria se pautar por uma “estratégia renovada”, como apontou o professor Rodríguez. A delimitação dessa estratégia, todavia, é um desafio a ser superado. Para tanto, destaco dois momentos históricos que servem de exemplo para o que não deve ser feito.

Esses momentos são as décadas de 1960/70 e o início do século XX. O primeiro período, em meio à Guerra Fria, caracterizou-se por uma inédita cooperação latina, especialmente brasileira, mexicana, chilena, argentina, uruguaia, paraguaia e boliviana, para a manutenção de suas ditaduras militares frente à ameaça comunista. Imersos em uma ordem bipolar e fortemente influenciados pelos EUA, esses países cooperaram, a partir da Operação Condor, para caçar opositores políticos de maneira internacional e, com a ajuda da CIA, conseguiram manter suas ditaduras ao longo das décadas. Já no segundo período, a cooperação latina deu-se por outros motivos: era a ascensão das esquerdas no continente. Correa, Lula e Dilma, família Kirshner, Morales, irmãos Castro, Ortega, Vásquez e Mujica, Chavez e muitos outros lideraram a política latina, cooperando intensamente entre si. Assim, mantiveram seus países alinhados ideologicamente e seguiram bem até desmoronarem um por um.

Ambos períodos mostraram o fracasso de uma cooperação artificial, que ora se pauta em repressão ditatorial, ora em ideologia e zelo pelo poder. Ambas cooperações caíram como dominós, mostrando suas fragilidades e suas contradições internas. Ambos exemplos revelaram que uma cooperação verdadeiramente latina necessita de uma “estratégia renovada” e deve se pautar em fatos imutáveis: as proximidades linguísticas, as posições regionais, as vantagens econômicas e as possibilidades mil de desenvolvimento. Uma América Latina que valorize valores universais é uma América Latina unida e necessária.

17.09 - Sérgio Vieira de Mello

Existem poucos brasileiros e brasileiras que são universalmente conhecidos, que conseguiram levar o Brasil e português para os quatro cantos do mundo. Menos ainda são os que são conhecidos pelo seu primeiro nome. Ayrton, Gisele e Neymar são exemplos óbvios para qualquer um. No campo da diplomacia e das relações internacionais, Sérgio certamente é um que não levanta dúvidas: ele é, nas palavras de Marcovitch, um “brasileiro na história do mundo”.

E que brasileiro seria esse? Seria o filho de um diplomata que se tornou diplomata? Ou um homem que dedicou sua vida ao trabalho e teve pouco tempo para com os filhos? Ou alguém que teve uma morte trágica, marcando as operações das Nações Unidas?

Essas são todas respostas válidas, mas há uma que merece mais destaque: a de que Sérgio foi um brasileiro que se mitificou através do puro exercício da paz e do diálogo. É um brasileiro que, apesar dos pesares, foi herói para muitos e que será herói para as próximas gerações que não tiveram o privilégio de conhecê-lo. Especialmente, será exemplo para todos os amantes da paz.

“A Caminho de Bagdá”, um título que dá enfoque ao fim de sua jornada no Iraque, é um documentário que tem muito a dizer. Ao mostrar as falas de seus amigos e conhecidos, ele humaniza sua figura, apresentando seus defeitos e virtudes. Ao caminhar entre o português, inglês, espanhol e francês, ele aponta a diversidade cultural de Sérgio. Ao filmar diversos países, ele representa a extensão do repertório do diplomata.

Seja na África ou Ásia seu trabalho foi louvável, o que o levou a ser nomeado Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos e a ser amigo próximo de Kofi Annan. Suas atuações de mais destaque se deram em Moçambique, Timor-Leste, Camboja e Iraque. No Camboja, sua eficácia ao lidar com o Khmer Vermelho e com os refugiados foi tanta que, décadas depois, o rei Norodom Sihanouk teve o prazer de relatar seus feitos à equipe do documentário na longínqua e fechada Coreia do Norte. No Timor-Leste, então, a garantia da independência do país foi efetivada e até hoje timorenses e indonésios lembram de sua figura. Certamente ele foi um homem que revolucionou a carreira diplomática e marcou a história da ONU.

24.09 Carlos Lopes

A imagem da África é algo que levanta discussões há décadas. O continente, após ser marcado pelos duros pregos da escravidão e do tráfico negreiro, nunca mais foi o mesmo e sempre foi lembrado por seus exotismos e seus baixos índices de desenvolvimento humano. Em 2020, os africanos, nas palavras do professor Lopes, certamente ainda são “tratados de modo irracional”.

A África, como apontado pelo professor, é um continente com uma miríade cultural invejável. As fronteiras de seus países, muito delimitadas pela Conferência de Berlim de 1885, não refletem suas verdadeiras raízes. São tantos os interesses em jogo no continente que seriam necessários milhares de estudos para contemplar a complexidade de suas relações.

Um bilhão e duzentas milhões de pessoas vivem em uma área de trinta milhões de quilômetros quadrados. Divididas em 54 países e em centenas de etnias, essas pessoas precisam lidar com suas diferenças culturais e religiosas a todo momento. Seus governos precisam lidar com três dilemas: a manutenção da diplomacia internamente, a afirmação de seus status de países soberanos e o desenvolvimento de relações econômicas entre países africanos e não africanos. Enquanto isso, precisam se desvincular de seu passado colonial e se posicionarem criticamente na esfera internacional.

A irracionalidade comentada se dá pela pretensiosa posição que muitas potências globais almejam atingir no continente africano. Partindo do princípio de que os africanos não seriam capazes de manter a estabilidade política na região, as potências assumem que podem ser tutores de diversos países, criando áreas de influências para si. O Magrebe pertenceria à França, o leste africano à China, o Egito aos EUA e assim por diante. Assim, os governos, por possuírem forte apoio desses países, não teriam condições para tomar iniciativas próprias e deveriam ser eternos servos de seus senhores, de seus tutores econômicos.

Seria muita ingenuidade julgar que essa lógica patrimonialista se aplicaria a todos os 54 países africanos. Seria mais sensato, então, quando se for pensar no futuro da África, delimitar a qual África estamos nos referindo: à África dos árabes, dos berberes ou de quais outros? Seguramente, se não podemos compreender a todos, podemos sim focar esforços em entender os nossos pares, os lusófonos além-mar. Que histórias contam os cabo-verdianos, angolanos, guineenses, santomenses e moçambicanos?

01.10 Carlos Eduardo Lins da Silva

Desde o século XIX, o jornalismo vem se reinventado e o público vem mudando. O telégrafo, o rádio e a tv foram todas tecnologias que facilitaram a difusão de informações e diminuíram metaforicamente o tamanho do globo. Atualmente, com a internet, esse processo ganhou proporções inimagináveis: é possível transmitir ao vivo uma reportagem de São Paulo a Tóquio. Entretanto, consequências negativas também se agravaram, como a difusão de notícias falsas, a manipulação midiática e a crise de diversos jornais e emissoras.

No campo político, a reinvenção jornalística e as redes sociais foram ambas facas de dois gumes. Por um lado, a Primavera Árabe conseguiu mostrar o poder da informação e da organização de manifestações através do Facebook, o que permitiu a derrubada de diversos governos, garantindo, por exemplo, democracia na Tunísia. Por outro lado, as eleições estadunidenses de 2016 e as brasileiras de 2018 revelaram o poder dos algoritmos, do lobby e das fábricas de fake news.

Tendo esses eventos em vista muito se discute sobre o papel do Estado como regulador do jornalismo. Para alguns, existiria um jornalismo idôneo baseado em fatos que mereceria ser valorizado e um jornalismo, mais perverso, baseado em mentiras e pseudociências que deveria ser combatido, se não destruído. Tal posição reflete uma posição típica da sociedade brasileira, a de que as interações sociais deveriam ser resolvidas primariamente pela lei e por disputas judiciais.

Contudo, a solução regulatória, aparentemente fácil, poderia trazer problemas muito maiores do que a simples desinformação. No Brasil, um país com um passado traumático, com instituições frágeis, com políticos questionáveis e com um Supremo Tribunal Federal que vez ou outra altera seu “entendimento” sobre a Constituição, não seria sensato esperar transparência e justiça na aplicação de leis. No atual governo (e em muitos outros que virão), censura se travestiria de combate a fake news e, muito provavelmente, o país seguiria, como apontou o professor Carlos Eduardo Lins da Silva, os rumos da Turquia, Rússia e China. Certamente não são esses rumos, essa perseguição de opositores e jornalistas, que a sociedade brasileira quer. Se a sociedade deseja informação transparente e idônea ela mesma deveria fornecer os mecanismos para isso. Dentre tantas possibilidades, destaco duas: o apoio financeiro aos jornais de qualidade através do pagamento de mensalidades para ler notícias e a pressão sobre as redes sociais para que elas indiquem a inveracidade de notícias, cabendo ao leitor acreditar ou não.

